

ALGUMAS MARCAS DE PROVENIÊNCIA BIBLIOGRÁFICA NA LIVRARIA DOS VISCONDES DE BALSEMÃO

Resumo: A primígena ‘Livraria’ dos Viscondes de Balsemão integra atualmente os fundos patrimoniais da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Portugal. Referem-se as vicissitudes que afetaram esta notável biblioteca aristocrática privada, bem como os seus principais obreiros. O objetivo principal deste trabalho é, contudo, evidenciar e analisar diversas tipologias de marcas de proveniência em alguns dos impressos da biblioteca Balsemão, referindo-se ainda itinerários de circulação de livros e conexões com antigos possuidores.

Palavras-chave: Biblioteca dos Viscondes de Balsemão. Marcas de proveniência. Antigos possuidores. Circulação de livros. História do livro e das bibliotecas.

Júlio Costa
Mestre em Gestão de Informação
Biblioteca Pública do Porto
orcid 0000-0001-9037-3617
jmrcosta@gmail.com
jmrcosta@hotmail.com

SOME BIBLIOGRAPHICAL PROVENANCE MARKS IN THE LIBRARY OF THE VISCOUNTS OF BALSEMÃO

Abstract: The primitive ‘Livraria’ of the Viscounts of Balsemão currently belongs to the heritage collections of the Oporto Municipal Public Library, Portugal. We refer to the main founders of this remarkable private aristocratic library and the circumstances that affected it. The aim of this work is, however, to highlight and analyze different types of provenance marks which are found in some rare books of Balsemão library; books circulation routes are also mentioned, as well as connections with previous owners.

Keywords: Viscounts of Balsemão Library. Provenance marks. Previous owners. Circulation of books. History of books and libraries.

1 A LIVRARIA DOS VISCONDES DE BALSEMÃO¹: OBREIROS E VICISSITUDES

Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804) foi, sem dúvida, o grande obreiro da Livraria ou Biblioteca Balsemão e uma personalidade que alcançou considerável proeminência, não só em Portugal, na segunda metade do século XVIII e alvares da centúria seguinte sendo nobilitado 1.º Visconde de Balsemão em 1801 (cf. Fig. 1). As funções oficiais que desempenhou

¹ Este tópico, conquanto substantivamente atualizado e reformulado, baseia-se num texto que elaborei sobre a criação da Livraria dos Viscondes de Balsemão até à sua incorporação na Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto; nesse mesmo estudo foi também delineado um itinerário biográfico de Luís Pinto de Sousa Coutinho (COSTA, 2012a).

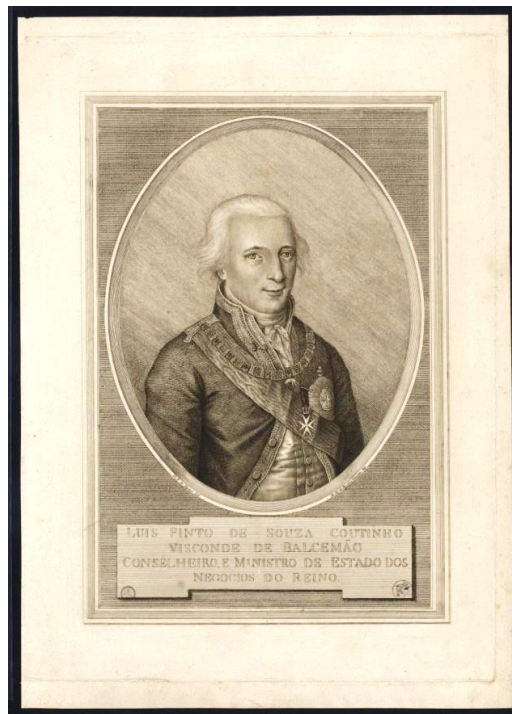
– Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá (1769-1772)², Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal junto da Corte de Londres (1774-1788) e cargos ministeriais (Negócios Estrangeiros e da Guerra, Negócios do Reino, desde 1788 até à sua morte) –, os laços pessoais e relacionamentos que cultivou, a condição social e redes de sociabilidade em que participou, os seus interesses científico-culturais e a circunstância de possuir recursos pecuniários consideráveis, contribuíram seguramente para suportar a sua veia colecionista e bibliófila providenciando, diretamente ou por interpostas pessoas, diversas aquisições em Portugal e no estrangeiro enriquecendo assim, também por via das numerosas ofertas com que foi agraciado, a sua livraria pessoal, à época, uma das maiores bibliotecas privadas em Portugal com mais de 10.000 volumes entre impressos e manuscritos.

Registe-se que, não obstante ser uma biblioteca particular e com cariz erudito, foi franqueada, na Legação de Portugal em Londres (António de Morais Silva foi um dos utilizadores tendo aí composto parte substantiva do seu dicionário) e, posteriormente, em Lisboa e no Porto, a grupos restritos de utilizadores. Ainda em vida ou pouco tempo decorrido após a morte do 1º Visconde de Balsemão, a biblioteca foi instalada na cidade Invicta em edifício apalaçado, sito na então Praça dos Ferradores, ou Feira das Caixas, já na posse da Família Balsemão por casamento, em 1800, do seu filho primogénito e futuro 2º Visconde, Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho (1774-1832)³, com D. Maria Rosa Alvo Brandão Perestrelo de Azevedo. Este edifício, situado na Praça de Carlos Alberto e propriedade da edilidade portuense, é atual e justamente designado por Palacete dos Viscondes de Balsemão (CABRAL, 2000).

² Para além desta inequívoca ligação pessoal e afetiva ao Brasil, registe-se ainda o relacionamento que Luís Pinto de Sousa Coutinho manteve com numerosas personalidades luso-brasileiras que, em alguns casos, acolheu, protegeu, patrocinou ou privou; entre muitas que aqui poderíamos elencar, mencionem-se a título de meros exemplos: António de Araújo de Azevedo, Conde da Barca (1754-1817), António de Morais Silva (1755-1824), José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá (1764-1835) e José Pinto de Azeredo (1764-1810).

³ Lídimo representante das tradições intelectuais da família e autor de vários escritos é por vezes confundido, até pela paronímia onomástica, com o seu pai, o 1º Visconde de Balsemão; uma documentada síntese biobibliográfica poderá ser colhida no estudo de MENDES (1980).

Figura 1 – Retrato do 1º Visconde de Balsemão
Gravura (água-forte e ponteadado), 1801



Fonte: BNP / Biblioteca Nacional Digital - <http://purl.pt/4590/>

O 2º Visconde de Balsemão (cf. Fig. 2) foi autor de vários escritos de cunho fisiocrático, Guarda-Mor da Torre do Tombo, aderente no Porto em 1808 à Junta Provisional do Governo Supremo (deslocando-se nesse mesmo ano a Londres para negociar apoios à revolta contra a ocupação francesa) e Par do Reino a partir de 1826. Herdeiro da notável biblioteca de seu pai, promoveu a atualização do acervo através de diversas aquisições de livros e também franqueou ao público meramente instruído ou culto a sua “grande e selecta livraria”. Foi vítima direta do saque perpetrado na sua biblioteca aquando da primeira invasão francesa e da ocupação franco-espanhola da cidade do Porto (dezembro de 1807) e do norte de Portugal na sequência da Guerra Peninsular. Um testemunho coevo é bem elucidativo do ‘desbaste’ em mais de 50% no acervo documental: “[...] la bibliothèque du vicomte de Balsamão, qui, avant le pillage qu’elle a souffert lors de la première invasion des Français, comptait 12000 volumes, et qui est réduite maintenant à 5000 [...]” (BALBI, 1822, p. 91).

Figura 2 – Retrato (detalhe) do 2º Visconde de Balsemão
Óleo sobre tela, provavelmente do 1º quartel do séc. XIX.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.⁴

Após as Invasões Francesas, a vida terá retomado a normalidade possível no Porto, na Casa Balsemão e na sua Biblioteca onde os “[...] literatos e homens instruídos que sempre n’esta caza tiverão recepção franca com singular estima de toda a família principalmente do seu chefe; aos estudiosos patenteava-se-les a particular e rica livraria do Visconde [...]” (REIS, ca. 1872, f. 78). A cidade Invicta irá ser o palco principal da Revolução Liberal de 1820, mas também não ficará imune às repercussões da Vilafrancada de 1823 e aos episódios político-militares ocorridos nos anos subsequentes. Os Liberais não terão perdoado ao 2º Visconde de Balsemão a adesão ao renascimento absolutista, bem como o apoio e, mesmo, ligações familiares a figuras cimeiras desta corrente política como o Conde de Amarante e o General Gaspar Teixeira, elevado posteriormente a Visconde do Peso da Régua. As tensões na sociedade portuguesa, designadamente entre constitucionalistas e absolutistas, haveriam de culminar na Guerra Civil de 1828-1834.

Quando o exército liberal entra na cidade do Porto, em 9 de julho de 1832, já o 2.º Visconde de Balsemão, partidário da causa miguelista, tinha abandonado a sua casa refugiando-se em Lamego onde viria a falecer a 2 de outubro desse ano. A sua livraria é oficialmente

⁴ Essa obra é de propriedade de Vasco Pinto de Sousa Coutinho; publicado originalmente por Luís Cabral em *As Artes entre As Letras*, 13 maio 2015, p. 21.

sequestrada em 12 de dezembro de 1832 permanecendo mais alguns meses na casa portuense do defunto visconde (cf. Fig. 3), também confiscada e à guarda de um fiel depositário. O mandado de louvação data de 1 de março de 1833 e os trabalhos de exame, inventário e avaliação da livraria decorreram até 16 de julho desse mesmo ano. Na semana anterior, em 9 de julho de 1833, em pleno Cerco do Porto e na data do primeiro aniversário da entrada do exército libertador na cidade, D. Pedro instituía por decreto a Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto. Quinze dias depois é lavrado o termo de entrega, a Diogo de Góis Lara de Andrade, primeiro bibliotecário (Alexandre Herculano era o segundo), da livraria sequestrada ao Visconde de Balsemão. Em 4 de abril de 1842 a biblioteca portuense é definitivamente instalada e oficialmente aberta ao público no atual edifício de São Lázaro onde ainda hoje se encontra. Em meados dos Oitocentos, após longo e litigioso processo, foi finalmente resolvida *de jure* a questão da Livraria Balsemão que viria a ser adquirida pelo Estado, ressarcindo os legítimos herdeiros e doando os documentos (livros, cartografia e manuscritos) à Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto que, *de facto*, já os tinha incorporado, de forma dispersa, no seu acervo documental.

Figura 3 – Aspeto geral da fachada principal da casa nobre que foi da família dos Viscondes de Balsemão e onde esteve instalada a biblioteca.



Fonte: BPMP, Ms. 1479 (Desenho 22).⁵

⁵ Casa Balsemão (depois do Visconde da Trindade) [Visual gráfico] / Joaquim Cardoso Vitória Vilanova. Desenho a aguada de nanquim sobre papel.

A reconstituição (e estudo aprofundado) da Livraria Balsemão está ainda por fazer e justificaria por si só, até pela sua dimensão quantitativa e qualitativa, um labor biblioteconómico e académico de expressivo fôlego⁶. Como acima aludi, os impressos foram intercalados e dispersos entre os primitivos fundos bibliográficos da biblioteca portuense e não possuem ex-libris, pertence, anotação ou qualquer outra marca de posse que os identifiquem inequivocamente com tendo pertencido aos Viscondes de Balsemão. Neste enquadramento, o único e precioso instrumento de trabalho de que dispomos é um códice factício à guarda da BPMP que, entre outros documentos, agrega algumas peças relativas ao processo judicial incluindo o traslado de um “Mappa da Livraria sequestrada ao [2º] Visconde de Balsemão” em 1832-1833⁷; este documento, à guisa de arrolamento *post-mortem*, constitui o cerne do inventário da Livraria Balsemão listando centenas de itens bibliográficos e atribuindo um valor monetário aferível a cada um deles.

Em suma: constituída e reunida, na sua maior parte, ao longo da vida e “andanças” (Portugal, Brasil, Reino Unido, Espanha, ...) da família Balsemão, a Livraria reflete os gostos e os interesses pessoais e profissionais dos seus antigos proprietários⁸. Refira-se que possuir uma biblioteca com alguma dimensão, qualitativa e quantitativa, era também socialmente prestigiante à época, sobretudo nas classes superiores da sociedade onde a linhagem Balsemão se inseria. Todavia, não nos parece que o móbil da sua constituição fosse o mero diletantismo, como sucedia com algumas bibliotecas aristocráticas; não restam grandes dúvidas que os Viscondes de Balsemão tinham o gosto pelos livros, pela sua aquisição, posse e utilização e que, decerto, usufruíram e obtiveram prazer intelectual e utilidade prática da sua biblioteca privada⁹. A

⁶ Não obstante e numa escala mais modesta, abalançamo-nos numa investigação que temos levado a cabo nos últimos anos, aventando algumas das principais linhas de caracterização da Livraria Balsemão e publicando alguns trabalhos (in)diretamente relacionados com os seus livros.

⁷ Esta fonte manuscrita, inestimável apesar das suas compreensíveis lacunas, permite colher preciosos elementos relativamente a autores, títulos, local e data de edição, número e formatos dos volumes e encadernação. Contabilizamos um total de 2.753 itens documentais que importam num valor de avaliação global de 3.355\$090 réis. Se considerarmos que muitas entradas/referências correspondem a vários volumes e que variadas espécies documentais (manuscritos, mapas, estampas, ...) não foram discriminadas ou mesmo elencadas, não andaremos certamente muito longe dos 4.259 volumes mencionados no auto de sequestro.

⁸ Trata-se de uma biblioteca eminentemente profana, sem olvidar importantes obras de cariz sacro, abrangendo ampla variedade do conhecimento humano: medicina e matéria médica, ciências físico-matemáticas, história natural, economia agrária, direito, política, ciência e técnica militar, história, genealogia e heráldica, artes e ofícios, literatura e linguística, entre outras áreas do saber.

⁹ Alguns documentos, mapas por exemplo, foram utilizados ou circularam no âmbito das funções oficiais desempenhadas pelos seus antigos possuidores. Também não se deverá negligenciar o papel das viscondessas de Balsemão, com especial ênfase para D. Catarina Micaela de Lencastre (1749-1824), que, sob o pseudónimo anagramático ‘Nathercia’ e denominada por alguns autores como a ‘Safo Lusa’, foi uma proeminente poetisa, ainda que algo esquecida, do pré-romantismo português. Na Livraria Balsemão constam obras decerto por si adquiridas, bem como manuscritos que lhe foram especificamente ofertados.

primígena Livraria dos Viscondes de Balsemão teve, assim, como antigos possuidores o primeiro e o segundo detentores deste título nobiliárquico e integra atualmente, os fundos patrimoniais da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), Portugal.

2 ALGUMAS MARCAS DE POSSE E DE PROVENIÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

A identificação, análise e pesquisa de marcas de posse e/ou proveniência¹⁰ em espécies documentais – dados e informes, muitas vezes únicos, constantes no exemplar e que podem indicar a sua origem, o(s) antigo(s) possuidor(es), bem como outras informações correlacionadas com a produção, circulação, uso e itinerário de uma determinada espécie bibliográfica ao longo de sua existência – revelam-se, cada vez mais, aspetos relevantes na história do livro, das bibliotecas, da leitura e da cultura, como bem evidenciado por vários autores e especialistas neste domínio (PEARSON, 1988, 2008; NAVARRO BONILLA, 2003; CZAPNIK, 2005; SHAW, 2010).

Estes testemunhos deixados nos livros (assinatura autógrafa, anotações manuscritas, etiquetas onomásticas, marcas topográficas, carimbos, monogramas, ex-libris, supralibros, *marginalia*, dedicatórias, etc.) são por vezes silenciosos ou de difícil interpretação necessitando amiúde de serem perscrutados para revelarem informações e conexões pertinentes. Os problemas e obstáculos são conhecidos: é frequentemente problemático, quando não impossível, a leitura e identificação de muitas inscrições manuscritas (língua, ortografia, paleografia, palavras ilegíveis, alteradas ou rasuradas), a mutilação, total ou parcial, de marcas de posse, dados incompletos ou mesmo erróneos, dificuldade em aquilatar da coetaneidade das anotações e intrincadas e morosas pesquisas, muitas vezes infrutíferas.

Não obstante estas dificuldades, o seu estudo pode possibilitar o rastreamento da proveniência de uma dada espécie bibliográfica, a identificação dos antigos possuidores, contribuir para esclarecer determinados aspetos de contexto (datação, época, localidades, preço/valor do livro, ...), desvendar interesses (pessoais, 'profissionais', culturais,...) dos proprietários, facultar informações acerca do próprio exemplar (novo, usado, emprestado,

¹⁰ Não são totalmente despidiendas ou inócuas algumas diferenças na terminologia utilizada neste domínio – livro antigo/livro raro, procedência/proveniência, propriedade/posse/pertence, super libris/supra libros, etc. – que carece ainda de consenso e de uniformização possível, mesmo a nível internacional; no presente texto utilizaremos indistintamente, estando cientes da problemática associada, os termos acima mencionados.

herdado, muito, pouco ou nada lido,...) e, em alguns casos, reconstituir, total ou parcialmente, itinerários de circulação do livro, de núcleos bibliográficos ou, mesmo, de bibliotecas particulares ou institucionais.

Infortunadamente e durante muitos anos, a identificação e registo destas marcas e de outros aspetos conexos foram algo negligenciados na descrição catalográfica e no processamento bibliográfico¹¹. A observação das características bibliológicas através do exame físico do documento *in manu*, o estudo tipobibliográfico quando necessário e o cotejo com exemplares existentes em coleções particulares ou em bibliotecas nacionais e internacionais (atualmente mais facilitado pelas tecnologias de comunicação e pela digitalização) contribuem sobremaneira para o conhecimento de espécies e coleções, permitindo definir critérios de raridade, estabelecer procedimentos a adotar em termos de conservação e preservação, acautelar inequivocamente a comprovação legal da propriedade (por exemplo, em caso de furto ou tráfico ilícito) e, evidentemente, disponibilizar dados e informes de vária ordem que poderão ser explorados em investigações futuras.

Vejamos agora algumas tipologias de marcas de posse e/ou de proveniência que ocorrem em impressos¹² da Livraria Balsemão; todas as imagens que abaixo reproduzimos pertencem a livros do fundo patrimonial da biblioteca portuense e estão legendadas/identificadas com a sigla BPMP e respetiva cota; as correspondentes descrições bibliográficas necessariamente abreviadas (detalhadas no catálogo público em linha das bibliotecas municipais do Porto) encontram-se devidamente listadas em *Apêndice* no final deste texto.

¹¹ Ainda que considerando somente as fontes primárias, não trazendo à colação a pesquisa e análise em fontes secundárias e terciárias – catálogos bibliográficos convencionais (manuscritos e impressos), catálogos de livreiros, antiquários, alfarrabistas, de leilões, inventários, bibliografias, catálogos eletrónicos (webOPAC's, repositórios...), bibliotecas digitais, etc. – frequentemente relevantes no que às marcas de proveniência concerne. Em Portugal, a investigação sobre esta temática não é abundante, assim como o estudo de aspetos relativos à biblioteconomia do livro antigo. No que respeita ao Brasil, registem-se os progressos e desenvolvimentos verificados nos últimos anos, enfatizando-se aqui a título referencial o projeto “A Eloquência dos Livros: marcas de proveniência” dinamizado e coordenado por AZEVEDO (2020).

¹² Circunscrevemo-nos apenas aos impressos deixando de fora outras tipologias documentais, como cartografia ou manuscritos da Livraria, algumas das quais ostentam menções e dedicatórias a Luís Pinto de Sousa Coutinho ou à sua esposa.

2.1 Assinatura autógrafa

O exemplar BPMP da obra que daria início à carreira de Gonzalo Fernández de Oviedo (1478-1557) como cronista das Índias Ocidentais, *De la natural hystoria de las Indias*, ostenta na sua portada arquitetônica uma assinatura manuscrita elegantemente inserida no interior de um clípeo (cf. Fig. 4); na sequência de pesquisa e investigação levada a cabo foi possível averiguar, de forma inequívoca, que esta rubrica autógrafa foi manuscrita pelo punho do próprio autor do impresso (COSTA, 2017). Este tipo de marca pode também assumir uma função de autenticação, à guisa de *ex-dono autoris*, de determinado número de exemplares da obra, com várias finalidades (oferta seletiva, dedicatória, etc.). O livro ostenta ainda outras marcas de posse e proveniência apostas posteriormente e que adiante mencionaremos.

Figura 4 – BPMP, U-12-8



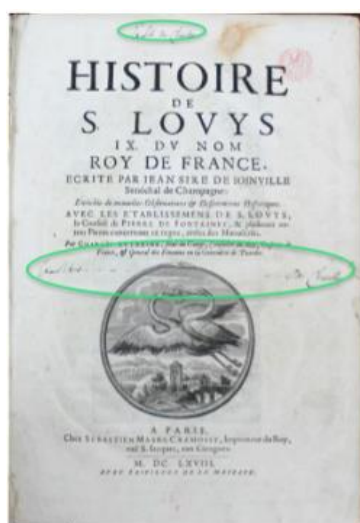
Fonte: BPMP (2021).

2.2 Marcas de posse manuscritas

As marcas de posse sob a forma de simples menção manuscrita do nome do proprietário do livro ou da biblioteca são as mais comuns sendo, por vezes, acompanhadas da ‘profissão’ ou funções (Licenciado, Doutor, Padre, Frei, Mestre, Qualificador, ...) do antigo possuidor; a

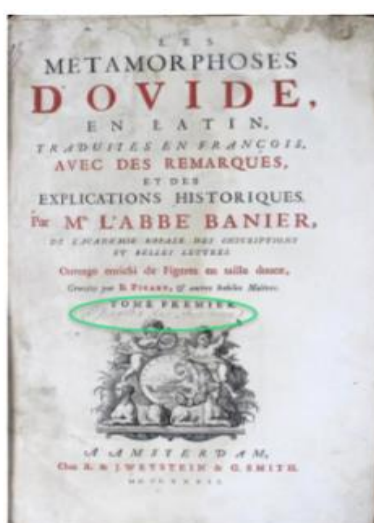
data, o local de compra e o preço do documento também podem ocorrer. O local mais frequente de ocorrência destas marcas é no frontispício ou página de título. A título de meros exemplos, apresentam-se abaixo marcas de posse manuscritas em livros que pertenceram a personalidades como o magistrado Léonard Garreau de Chezelles, 1662-1730 (cf. Fig. 5), o aristocrata Charles Alexandre de Lorraine, 1712-1780 (cf. Fig. 6) ou o desembargador português António Pereira de Almeida Silva e Sequeira, 1764-1828, entre outros antigos possuidores cujos nomes se encontram rasurados (cf. Fig. 7).

Figura 5 – BPMP, C-14-7



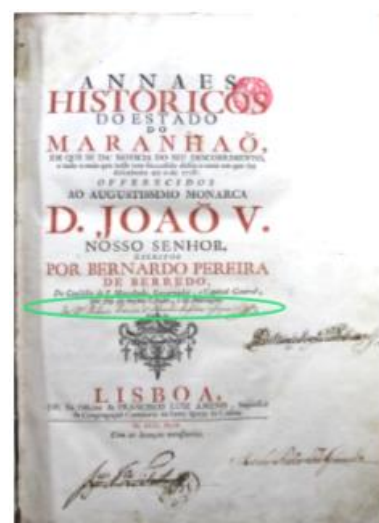
Fonte: O autor (2021).

Figura 6 – BPMP, K-14-58



Fonte: O autor (2021).

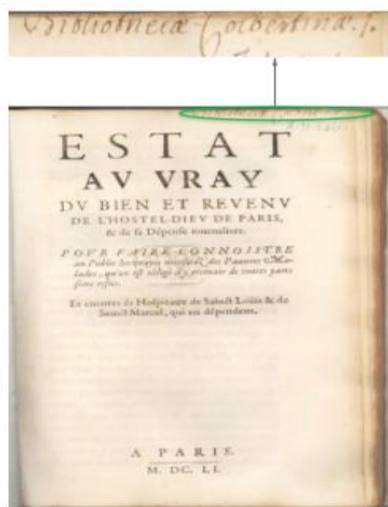
Figura 7 – BPMP, B-14-13



Fonte: O autor (2021).

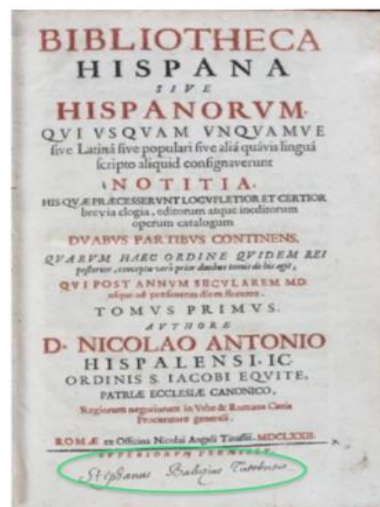
Indica-se também um opúsculo que pertenceu à “Bibliothecae Colbertinae” (cf. Fig. 8), ou seja, a célebre biblioteca criada pelo insigne homem de estado francês, colecionador e bibliófilo Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) e que viria a ser vendida e dispersa em Paris em 1728. Porventura também relacionada com esta biblioteca, um exemplar da conhecida bibliografia hispânica de Nicolás Antonio, na edição romana de 1672, ostenta o pertence manuscrito (cf. Fig. 9) de Etienne Baluze (1630-1718), historiógrafo francês que foi, também, bibliotecário de Colbert.

Figura 8 – BPMP, Z-11-63(6)



Fonte: O autor (2021).

Figura 9 – BPMP, L-14-36

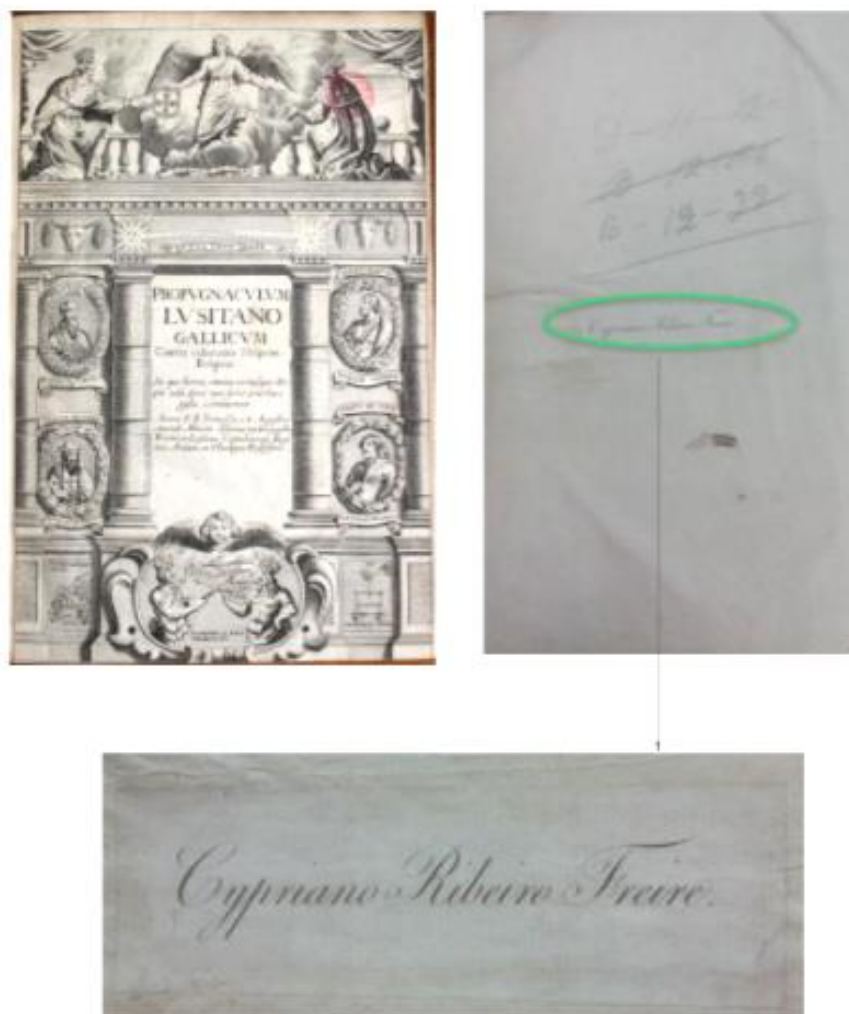


Fonte: O autor (2021).

2.3. Etiquetas onomásticas

Um caso peculiar de marca de posse utilizada sobretudo a partir do século XVIII. Estas etiquetas podiam ser manuscritas (o mais comum) ou tipografadas e eram habitualmente coladas nas contracapas ou em folhas de guarda ou preliminares dos livros; é o caso da etiqueta aqui reproduzida que ostenta o nome de "Cypriano Ribeiro Freire" (cf. Fig. 10), diplomata português encarregado de negócios na Corte de Londres reportando hierarquicamente a Luís Pinto de Sousa Coutinho e, posteriormente, primeiro embaixador de Portugal nos EUA. Nestas e noutras funções relacionou-se pessoalmente com os Viscondes de Balsemão. Uma parte substantiva da livraria privada de Cipriano Ribeiro Freire (1749-1824) encontra-se atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal.

Figura 10 – BPMP, B-12-22



Fonte: O autor (2021).

2.4. Marcas topográficas

Referem-se a sistemas numéricos ou alfanuméricos – números de inventário, cotas, classificações, códigos, etc. – atribuídos por um antigo possuidor individual ou coletivo (por exemplo, biblioteca laica ou de congregação religiosa) a documentos visando a sua arrumação, ordenação e localização em estantes/prateleiras e, por vezes, classificação. A anotação e o cotejo destas coordenadas de cariz topográfico em livros de registo, inventário, verbetes ou catálogos manuscritos também pode ocorrer. Estas marcas eram frequentemente ortografadas, pelo próprio possuidor ou seu amanuense, na folha de rosto das obras ou, em alguns casos, em

folhas de guarda, páginas preliminares ou em etiquetas coladas na encadernação. Em alguns casos sobrevivem ainda as etiquetas de cotas originais. Algumas destas “[...] anotações - aparentemente simples e inexpressivas - podem, ao contrário, revelar a proveniência do impresso mais até do que um ex libris, como é o caso do acervo de Eduardo Prado, no qual nem todos os livros possuíam o selo de identificação, mas sim duas localizações, a lápis, numa das folhas de guarda. A anotação riscada indicava a localização que o livro tinha em sua fazenda; a outra registrava o local do livro na estante do Rio de Janeiro [...]” (GAUZ, 2016).

Apresentam-se aqui, entre outros exemplos que também poderíamos indicar (e.g., o livro acima referido com a assinatura autógrafa de Oviedo também ostenta o número Sloane A 583 e o carimbo de posse do Museu Britânico), dois impressos da Livraria Balsemão provenientes da primígena biblioteca de Hans Sloane (1660-1753) mantendo desta última a notação alfanumérica manuscrita¹³ com a particularidade de ambos possuírem dupla localização topográfica; num caso, coladas no impresso, resistiram as originais etiquetas losangulares de papel com o número Sloane Pr DLXXIII encontrando-se rasurada a outra colocação manuscrita Pr XXXVI (cf. Fig. 11) e num outro livro encontram-se manuscritos na página de título e no seu verso, respetivamente os números Sloane A 520 e Q 406 (cf. Fig. 12).

Figura 11 – BPMP, Y-5-43



Fonte: O autor (2021).

¹³ A identificação dos impressos que pertenceram à coleção de Hans Sloane não é propriamente um processo fácil, acrescentando ainda dificuldades adicionais decorrentes do desaparecimento de evidências, bem como a circunstância dos vários catálogos manuscritos da biblioteca terem sido, na época, elaborados a “várias mãos”. Uma boa súmula das diferentes tipologias e processos de identificação, incluindo o sistema alfanumérico utilizado, pode ser consultada em linha no sítio web *Sloane Printed Books*: <http://www.bl.uk/catalogues/sloane/Identifiers.aspx>. Sobre os livros dados à estampa em prelos portugueses e que integravam a Biblioteca Sloane, incluindo as respetivas marcas de posse e de proveniência, veja-se COSTA (2015).

Figura 12 – BPMP, E2-7-15



Fonte: O autor (2021).

2.5. Carimbos

O ex-líbris, em vinheta de papel ou oleográfico (vulgo carimbo), é porventura a marca de posse mais comumente utilizada, sobretudo a partir de meados do século XVIII. O Museu Britânico realizou entre 1769 e 1832 uma série de leilões de duplicados da sua biblioteca; as espécies bibliográficas apartadas para venda em almoeda eram normalmente marcadas com um carimbo identificativo do ano do respetivo leilão que, assim, coexistia com o carimbo de posse do Museu Britânico. Registe-se que o leilão das obras duplicadas-carimbadas em 1787, realizado pela firma Leigh & Sotheby, somente veio a ocorrer em março de 1788 (BRITISH MUSEUM, 1788). Existem na BPMP alguns impressos adquiridos por Luís Pinto de Sousa Coutinho neste leilão londrino¹⁴. No caso concreto do livro em apreço, são bem visíveis e elucidativos os distintivos carimbos octogonais tintados a negro¹⁵ “Mvsevm Britannicvm” e “British Museum Sale Duplicate 1787” (cf. Fig. 13).

¹⁴ Foi possível identificar e estabelecer uma inequívoca conexão anglo-lusa relativamente a uma almoeda do British Museum realizada em Londres em março de 1788, na qual Luís Pinto de Sousa Coutinho arrematou vários títulos que pertenceram à biblioteca pessoal de Sir Hans Sloane (COSTA, 2012b).

¹⁵ A cor da tinta dos carimbos pode, por vezes, indicar a forma pela qual o volume foi adquirido (compra, doação, depósito legal, etc.); para informação detalhada sobre estes carimbos, veja-se HARRIS (2009).

Figura 13 – BPMP, U-2-47



Fonte: O autor (2021).

Refira-se ainda um caso singular, entre dezenas de livros analisados, que logramos detetar: uma inscrição oleográfica aposta na página de título e no final de uma única obra, ostentando a negro o nome “Luiz Pinto de Sousa” (cf. Fig. 14). Um ensaio ou tentativa de levar a cabo um processo de carimbagem dos livros e que, por qualquer razão que desconhecemos, não prosseguiu? Carimbo coevo ou posterior? De um antigo possuidor também da linhagem Balsemão (frise-se que antepassados, bisavô e avô, de Luís Pinto de Sousa Coutinho chamavam-se ambos Luís Pinto de Sousa)? Um qualquer outro antigo possuidor com paronímia onomástica? Interrogações para as quais não obtivemos ainda resposta.

Figura 14 – BPMP, Y1-3-29



Fonte: O autor (2021).

2.6. Encadernação

Como é consabido, a encadernação em si é também considerada uma marca de propriedade podendo esta manifestar-se – modelos ou padrões, estilos de ornamentação, monogramas, supralibros, etiquetas, etc. – na lombada, corte, pastas, contracapas ou folhas de guarda. As obras eram impressas, por vezes em edições partilhadas entre dois ou mais editores ou livreiros, em folhas que eram cortadas, dobradas, reunidas em cadernos e encadernadas à medida que fossem sendo vendidas. Exemplares de um mesmo livro podiam ter encadernações diferentes e serem mais ou menos personalizados pelo livreiro (acumulando muitas vezes as funções de encadernador ou, mesmo, de impressor) em função da vontade, estatuto social e capacidade económica do adquirente. Essa personalização era sobretudo efetuada através da encadernação. São conhecidas diversas coleções, de bibliófilos e em bibliotecas, com modelos de encadernação cujas características permitem estabelecer a proveniência dos livros e outros informes (artífice-encadernador, cronologia, região, preferências e modismos, etc.). Em casos muito especiais, a personalização incidia no interior da própria obra e granjeava requintes artísticos de exclusividade com ‘tiragem limitada’, como é bem patente na iconograficamente deslumbrante *Historia Naturalis Brasiliae*, numa raríssima variante cujas ilustrações foram aguareladas manualmente existindo outra impressão idêntica diferindo somente nas gravuras que não são coloridas¹⁶.

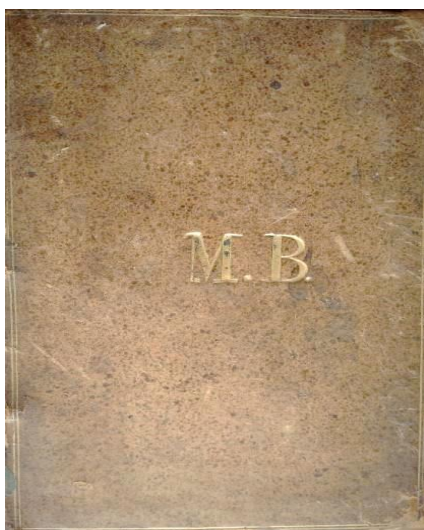
Uma obra de Juan Frago também sobre história natural ostenta na encadernação, gravado a dourado em ambas as pastas, o monograma simples “M.B.” (cf. Fig. 15), i.e., Museum Britannicum / British Museum, a cuja biblioteca pertenceu e que, juntamente com outros núcleos bibliográficos, estaria ulteriormente na origem da atual British Library; numa outra obra e gravado a ferros secos nas pastas, o monograma heráldico “HL” encimado por coroa, cujo pormenor aqui reproduzimos (cf. Fig. 16), remete para a biblioteca de Henry Yelverton (1664-1704), Visconde de Longueville. Já o exemplar do impresso que viria a ficar mais conhecido como *Tratado de Santo Ildefonso* ostenta na sua encadernação coeva um

¹⁶ Da autoria de Guillelm Pison e Georg Marcgraf, esta obra foi editada, 1648, em Amesterdão pela prestigiada oficina tipográfica Elsevier sob o patrocínio do Conde Johann Maurits van Nassau-Siegen que ordenou fossem coloridos um número muito restrito (alguns autores apontam apenas 6) de exemplares; a biblioteca portuense possui a raríssima variante com ilustrações a cores (BPMP, U-13-4), bem como a emissão mais comum impressa a negro (BPMP, U-13-2), preciosidades bibliográficas provenientes da Livraria dos Viscondes de Balsemão.

supralibros armoriado, gravado a ouro em ambas as pastas, com as armas reais de D. Maria I (cf. Fig. 17); é muito provável que este exemplar integrasse originalmente a Biblioteca Real tendo sido do uso (e posteriormente posse) do 1º Visconde de Balsemão no âmbito dos cargos ministeriais que exerceu.

Para além das etiquetas topográficas que acima aludi, a encadernação artesanal pode, *per si*, facultar pistas diversas, dados cronológicos, indicações sobre modelos e estilos (por exemplo, o conhecido padrão “à la Du Seuil” e suas mimetizações, também presente na Livraria Balsemão) ou, mesmo, nomear artífices concretos; é o caso da etiqueta colada no verso da capa do livro (cf. Fig. 18) que inequivocamente identifica o reputado encadernador de origem germânica sediado em Londres, Henry Walther (fl. 1775-1815).

Figura 15 – BPMP, T-7-13



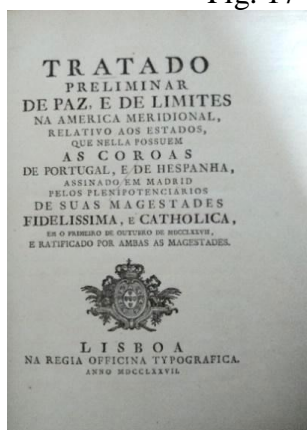
Fonte: O autor (2021).

Figura 16 – BPMP, B-12-22



Fonte: O autor (2021).

Fig. 17 – BPMP, Z-7-56



Fonte: O autor (2021).

Fig. 18 – BPMP, Y1-3-14



Fonte: O autor (2021).

3 CIRCULAÇÃO DE LIVROS

Como viajaram ou circularam estes livros? Certamente através de redes comerciais internacionais (terrestres e marítimas) de então, das principais feiras do livro europeias (Lyon e Frankfurt, por exemplo), de aquisições de livros e bibliotecas em leilões (como acima evidenciei), entre outras formas de aquisição, distribuição e circulação que não devem ser negligenciadas. Não é despendianda a circulação de impressos (e manuscritos) associada ao ensino universitário, à atividade político-diplomática, à ação religiosa, às ofertas dos autores, ao empréstimo entre particulares e instituições, ao colecionismo e aos ‘Gabinetes de Curiosidades’, às viagens e peregrinações, ao contrabando, etc. Evidentemente, livreiros, agentes e correspondentes, homens de ciência e de letras, diplomatas, aristocratas e estadistas, em Portugal e no exterior, desempenharam um papel fundamental no processo de aquisição e circulação do conhecimento. Sabemos que Luís Pinto de Sousa Coutinho manteve uma ampla rede de ligações a personalidades, nacionais e estrangeiras, através das quais trocava informações sobre vários assuntos. Sabemos, também, que bem cedo desenvolveu a sua veia bibliófila adquirindo, diretamente ou por interpostas pessoas, livros e outros impressos. Vejamos abaixo (cf. Figs. 19 e 20) dois exemplos de circulação transnacional de livros provenientes da Biblioteca Balsemão.

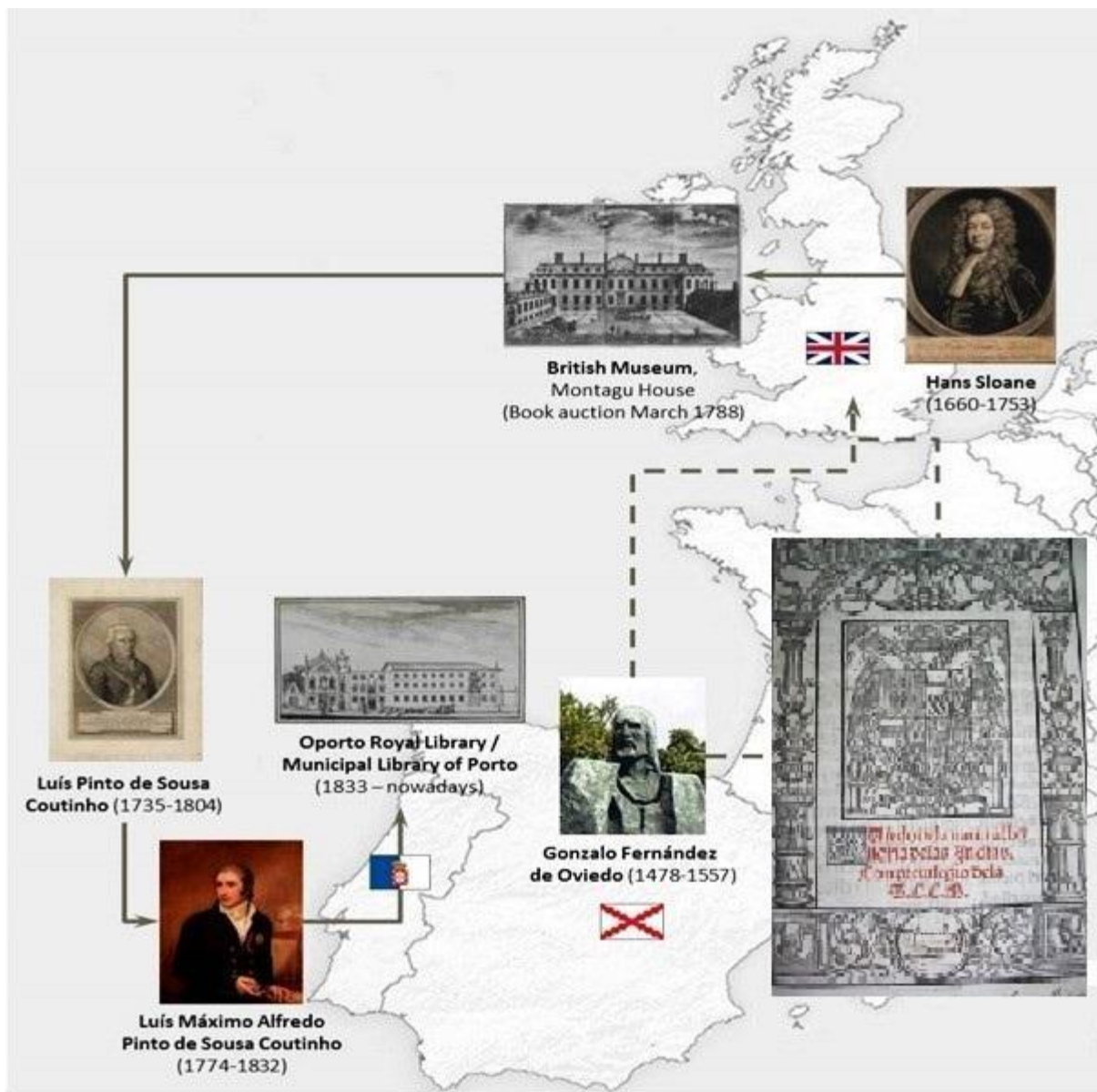
Figura 19 – BPMP, Z-11-63[6], itinerário de circulação e antigos possuidores



BPMP, Z-11-63[6]

Fonte: O autor (2021).

Figura 20 – BPMP, U-12-8, itinerário de circulação e antigos possuidores



Fonte: O autor (2021, adaptado de COSTA, 2017, op.cit.).

4 BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sinóptica revisão teórica empreendida neste trabalho, bem como alguns exemplos concretos apresentados, possibilitam constatar a importância do registo e estudo das marcas de proveniência bibliográfica em acervos raros, nomeadamente em livro antigo. Dependendo do seu conteúdo e teor, podem desvelar informes muito relevantes nomeadamente em termos da história do livro e das bibliotecas. Estas marcas de posse, de diversas tipologias, podem ocorrer

isoladamente ou coexistirem entre si acontecendo que um mesmo livro ostente, ainda que frequentemente rasurados ou truncados, nomes de vários antigos possuidores (cf., por exemplo, Fig. 7 supra) ou, em alguns casos, combinações entre marcas de propriedade de pessoas singulares e de bibliotecas laicas ou de instituições religiosas. Estes pertences apostos em impressos das numerosas livrarias monásticas e conventuais¹⁷ atestam bem, para além da circulação dos próprios livros ou mesmo o seu ‘descaminho’ de forma mais ou menos ortodoxa, o papel notável que algumas ordens religiosas – Crúzios, Jerónimos, Agostinhos, Jesuítas, Oratorianos, etc. – desempenharam no ensino, na cultura e na disseminação do conhecimento em Portugal.

Na época da criação da Livraria Balsemão muitos ainda acreditavam na possibilidade de se poder abarcar todo o saber disponível (em letra manuscrita e impressa) e as grandes bibliotecas, designadamente as aristocráticas, eram formadas também com esse intuito associado, evidentemente, ao prestígio social que conferiam aos seus proprietários. Mesmo que determinados livros fossem muito, pouco ou, mesmo, nada lidos, considerava-se erudito que obras escritas em latim, em vernáculo e, mesmo, em línguas consideradas exóticas pontificassem em importantes bibliotecas particulares e institucionais.

Como acima aludi, paralelamente ao desenvolvimento da tipografia e da gradual mas vertiginosa produção editorial entre os séculos XVI a XVIII, foi significativa a circulação, nacional e internacional, de livros (e de ideias e conhecimento associado) que transitavam entre cidades, países e continentes por variados meios e vias. Os impressos raros aqui realçados são exemplos disso mesmo, tendo muitos deles conhecido diferentes possuidores e percorrido várias bibliotecas e geografias em itinerários de circulação transnacional associados à bibliofilia e às aquisições de livros em leilões.

Para além da sua mera (mas significativa) sobrevivência, assinala-se ainda que algumas destas espécies bibliográficas apresentam sublinhados, anotações manuscritas, *marginalia* e outros sinais indiciadores de que foram efetivamente examinadas¹⁸, lidas e manuseadas. Naturalmente, não se deverá ignorar evidências deste teor, mas também não é sensato deduzir

¹⁷ Sobre catálogos e inventários das bibliotecas monásticas e conventuais portuguesas, remeto para a relevante obra de referência de GIURGEVICH & LEITÃO (2016); no que concerne especificamente a testemunhos da posse e uso dos livros de proveniência conventual, bem como à análise da estrutura organizacional da biblioteca religiosa e relação com os seus leitores, veja-se o circunstanciado estudo de CAMPOS (2015).

¹⁸ Embora não enquadrável no cerne do presente trabalho, importará sublinhar que na Biblioteca dos Viscondes de Balsemão avultam também outro tipo de marcas – expurgação e censura – patentes em livros defesos e/ou proibidos.

conclusões algo simplistas sobre as intrincadas relações entre livros e leitores, bem evidenciadas por CHARTIER (1997), até porque “[...] ter livros não significa necessariamente lê-los e ler livros não significa necessariamente tê-los [...]” (CAMPOS, 2015, p. 27), não obstante “[...] Aunque no existe nunca la constancia de que el propietario haya leído todos los libros que posee, es precisamente el conjunto bibliográfico el que proporciona la información más preciosa sobre el propietario [...]” (PEDRAZA GARCIA, 1999, p. 147).

As marcas de posse e de proveniência bibliográfica, patentes ou latentes nos impressos enquanto suportes da linguagem escrita, texto e imagem, integram incontestavelmente a materialidade do objeto-livro.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. A New Project for Provenance Research in Brazil. *The Library*, Oxford, v. 21, n. 1, p. 112, 2020. doi: <https://doi.org/10.1093/library/21.1.112>

BALBI, Adrian. *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve [...]*. Paris: chez Rey et Gravier, 1822, t. 2, p. 91.

BRITISH MUSEUM. *A catalogue of the duplicate books, coins, and medals... : Which will be sold by auction, (by order of the Trustees) by Leigh and Sotheby ... on ... March the 6th, 1788, and the s[ixte]en following days.* [London]: Becket, etc., [1788].

CABRAL, Luís. *O Palacete dos Viscondes de Balsemão*. Porto: Câmara Municipal, 2000.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. *Para se achar facilmente o que se busca. Bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Lisboa: Vega, 1997.

COSTA, Júlio Manuel Rodrigues. Alguns livros científicos (sécs. XVI e XVII) no “Inventário” da Livraria dos Viscondes de Balsemão. *Ágora: Estudos Clássicos em Debate*, Aveiro, n. 14.1, p. 131-158, 2012a. URL: <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/7.JCosta.pdf>

COSTA, Júlio Manuel Rodrigues. No rasto português da biblioteca científico-médica de Hans Sloane: problemas e evidências. *Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas*, Porto, s. 2, n. 9, p. 91-108, 2012b.

COSTA, Júlio Manuel Rodrigues. Sloane's Portuguese Books. *Electronic British Library Journal*, London, art. 10, p. 1-37, 2015. URL: <http://www.bl.uk/eblj/2015articles/article10.html>

COSTA, Júlio Manuel Rodrigues. An handwritten signature, previous owners and circulation of a copy of Gonzalo Fernández de Oviedo's book "About the Natural History of the Indies. *Asclepio, Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, Madrid, v. 69, n. 1, p. 179, 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.3989/asclepio.2017.11>

CZAPNIK, Marianna. Provenance research as a method for the reconstruction of historical collections. In: SHAW, David J. (ed. lit.). *Books and their owners: provenance information and the European cultural heritage*. London: CERL, 2005, p. 25-42.

GAUZ, Valeria. Marginália. In: ALMEIDA JÚNIOR, O. F. *INFOhome*. São Paulo, dezembro 2016. Coluna Obras Raras. Não paginado. Disponível em: <https://goo.gl/mYhMEu>. Acedido em: 22 mar. 2021.

GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique. *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.

HARRIS, P.R. Identification of printed books acquired by the British Museum, 1753-1836. In: MANDELBROT, G.; TAYLOR, B. (eds). *Libraries within the Library: the origins of the British Library's printed collections*. London: British Library, 2009, p. 387-428.

MENDES, José M. Amado. Memória sobre a Província do Minho pelo 2º Visconde de Balsemão (introdução, transcrição e notas). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. 18, p. 31-109, 1980.

NAVARRO BONILLA, Diego. Las huellas de la lectura: marcas y anotaciones manuscritas en impresos de los siglos XVI a XVIII. In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio (coord.). *Libro y lectura en la Península Ibérica y América: siglos XIII a XVIII*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2003, p. 243-288.

PEARSON, David

NAVARRO BONILLA, Diego. *Provenance research in book history: a handbook*. London: The British Library, 1998.

NAVARRO BONILLA, Diego. *Books as history: the importance of books beyond their texts*. London: British Library; New Castle, DE: Oak Knoll Press, 2008.

PEDRAZA GRACIA, Manuel José. Lector, lecturas, bibliotecas...: el inventario como fuente para su investigación histórica. *Anales de Documentación*, Murcia, v. 2, p. 137-158, 1999.

REIS, Henrique Duarte e Sousa. *Apontamentos para a verdadeira historia antiga e moderna da cidade do Porto* [Manuscrito]. [Porto?], v. 5, circa 1872.

SHAW, David J. Who owned this book? Provenance studies in the European dimension. In: *Summer School in the Study of Old Books: Proceedings*. Zadar: Sceuciliste u Zadru / University of Zadar, 2010, p. 157-171.